

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

**LEI Nº 3494 DE 26 DE JULHO DE 2005**

**Dispõe sobre a alienação de imóvel que especifica.**

**Helio de Almeida Bastos**, Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por venda e mediante concorrência, para fins de instalação ou ampliação de empresas industrial, comercial ou de serviços, uma gleba de terra com área de 14.982,80 metros quadrados, abaixo descrita, de propriedade desta municipalidade, objeto da matrícula nº 18.763 – ficha 03 – livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis de Bebedouro, constantes do mapa e avaliação em anexo a este Projeto: "Mede 120,76 metros em linha reta de frente com a Avenida Projetada; mede 14,14 metros em curva de concordância para a direita confrontando com a referida avenida e a projetada via pública por onde segue em linha reta na distância que mede 111,97 metros pela lateral direita, de quem da referida avenida olha para o imóvel, aí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância que mede 119,76 metros na linha dos fundos onde confronta com área da Prefeitura Municipal; aí deflete novamente à esquerda em ângulo reto e segue até fechar o perímetro numa distância que mede 120,97 metros onde continua confrontando com a Prefeitura Municipal encerrando uma área total de 14.982,80m<sup>2</sup>.

**§1º** - A gleba será licitada por valor nunca inferior ao avaliado.

**§2º** - O pagamento poderá ser parcelado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, reajustadas pela variação do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Aplicado), apurado e publicado pelo FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

**Art. 2º** - Além do preço, o Edital de Licitação estipulará critérios, objetivos de julgamento, possibilitando que o imóvel alienado tenha por destinação o que melhor contribua para o desenvolvimento econômico do município.

**Parágrafo único** - Os critérios citados no "caput" deste artigo referem-se à capacidade da empresa em:

- gerar maior número de empregos,
- proporcionar desenvolvimento econômico ao município,
- gerar aumento na arrecadação tributária.

**Art. 3º** - Não serão admitidos empreendimentos prejudiciais ao meio ambiente.

**Art. 4º** - Dos editais de licitação constará a exigência de que os interessados apresentem documentação relativa a:

I - Habilitação Jurídica e regularidade fiscal, de acordo com os artigos 28 e 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - Relatório abreviado do projeto do empreendimento contendo:

- natureza da atividade, podendo ser industrial, comercial ou de serviço;
- previsão do número mínimo de empregos a serem gerados;
- cronograma de construção e início das atividades;
- área e tipo de edificação.

**Art. 5º** - A empresa que vencer a concorrência terá, após a homologação, o prazo de 01 (um) mês para dar entrada no Departamento de Engenharia do Estudo Preliminar do Projeto de Edificação e de 02 (dois) meses para dar entrada no Projeto conforme as exigências das Leis municipais, estaduais e federais pertinentes.

**Parágrafo único** - Caso isso não ocorra, a empresa perderá as parcelas já pagas, retornando a área para a municipalidade.

**Art. 6º** - A empresa vencedora terá que edificar no referido imóvel o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do total da área licitada, estar em pleno funcionamento até 12 (doze) meses após a homologação do certame licitatório, e permanecer estabelecida no município no exercício de suas atividades pelo prazo ininterrupto de 10 (dez) anos.

**Parágrafo único** - Caso não ocorra o cumprimento da exigência contida no "caput" deste artigo, o imóvel e suas benfeitorias reverterão para a municipalidade, sem quaisquer ônus ou indenização.

**Art. 7º** - A área licitada em hipótese alguma poderá ser transferida a pessoa física.

**Art. 8º** - Da escritura constarão os encargos contidos nesta Lei.

**Parágrafo único** - Os encargos na escritura poderão ser substituídos, a pedido do adquirente, por fiança bancária ou hipoteca de outro imóvel, no valor dos referidos encargos.

**Art. 9º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário for.

**Art. 10** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 26 de julho de 2005.

**Helio de Almeida Bastos**  
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 26 de julho de 2005

**Nelson Afonso**  
Assessor Técnico

*"Deus Seja Louvado"*